

HABEAS CORPUS Nº 515.224 - MG (2019/0167564-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : AGNALDO JOSE DE AQUINO GOMES
ADVOGADO : AGNALDO JOSÉ DE AQUINO GOMES - MG063523
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARIA LUIZA CUNTO VIEIRA (PRESO)

DECISÃO

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de Nova Lima/MG, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator